

Decisão proferida na Sessão Ordinária realizada  
por videoconferência  
do dia 08/09/2020

Nota: As decisões publicadas não produzem efeitos jurídicos de ciência do ato. Os acordões serão disponibilizados no portal do Conselho de Contribuintes no prazo de dois dias úteis a contar desta publicação.

Recurso nº. 75.865 - Processo nº. E04/046/1656/2018 - Recorrente: T.G. LOGÍSTICA E TRANSPORTES LTDA - Recorrida: JUNTA DE REVISÃO FISCAL - Relator: Conselheiro Gustavo Mendes Moura Pimentel - DECISÃO: Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator. - Acórdão nº. 18.193 - EMENTA: ICMS. TRANSPORTE DE MERCADORIA COM DOCUMENTO FISCAL INIDONEO. Restou comprovado nos autos que o transportador transitou pelo posto de fiscalização e apresentou os documentos listados no lançamento em momento anterior, razão pela qual restou considerado como idôneo e responsabilizado o transportador como responsável pelo imposto devido. RECURSO VOLUNTÁRIO DESPROVIDO. O prazo para recurso se inicia após a intimação pela Inspeção de origem.

Recurso nº. 74.822 - Processo nº. E-04/022/140/2018 - Recorrente: POSTO FAGUNDA LTDA - Recorrida: JUNTA DE REVISÃO FISCAL - Relator: Conselheiro Luiz Carlos Sampaio Alfonso - DECISÃO: Por unanimidade de votos, rejeitar as preliminares de nulidade do auto de infração, suscitada pela Recorrente, e de nulidade da decisão de primeira instância, suscitada pela Representante da Fazenda, nos termos do voto do Conselheiro Relator. No mérito, também por unanimidade de votos, foi desprovido o recurso voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator. - Acórdão nº. 18.194 - EMENTA: PRELIMINARES - NULIDADES. Improcede a nulidade de decisão provocada de ofício, em razão da autoridade julgadora em extenso relatório alinhou todos os aspectos deduzidos pela parte, demonstrando tê-lo conhecido para chegar ao juízo de valor contido na parte decisória, inclusive, com citação e transcrição do dispositivo violado pela autuada. Os vícios apontados pela descrição incompleta/genérica da conduta infracional, tem-se que, nos limites de sua literalidade, o Auto de Infração identifica que houve apresentação incorreta da EFDs. REJEITADA AS PRELIMINARES. MULTA FORMAL - EFD. A autuada não questionou os erros apontados em EFDs, silenciando-se quanto à acusação fiscal, deixando de propiciar qualquer fato extintivo, impeditivo ou modificativo que pudesse sustentar a improcedência pleiteada. AUTO DE INFRAÇÃO PROCEDENTE. O prazo para recurso se inicia após a intimação pela Inspeção de origem.

Decisão proferida na Sessão Ordinária realizada  
por videoconferência  
do dia 15/09/2020

Nota: As decisões publicadas não produzem efeitos jurídicos de ciência do ato. Os acordões serão disponibilizados no portal do Conselho de Contribuintes no prazo de dois dias úteis a contar desta publicação.

Recurso nº. 73.819 - Processo nº. E-04/101/186/2018 - Recorrente: SEB DO BRASIL PRODUTOS DOMÉSTICOS LTDA - Recorrida: JUNTA DE REVISÃO FISCAL - Relator: Conselheiro Luiz Carlos Sampaio Alfonso - DECISÃO: Por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso voluntário. Os Conselheiros Alvaro Marques Neto, Gustavo Mendes Moura Pimentel e Ricardo Garcia de Araújo Jorge acompanharam o Relator pela conclusão. - Acórdão nº. 18.203 - EMENTA: ICMS - ST - MULTA. Não há como se manter a multa com a exclusão do imposto, considerando o caráter unicamente punitivo da multa penal, exigência mantida que conflita com artigo 60-A, da Lei nº. 2.657/96 com redação da Lei 6.357/2013. RECURSO PROCEDENTE O prazo para recurso se inicia após a intimação pela Inspeção de origem.

Recurso nº. 74.568 - Processo nº. E04/003/100161/2018 - Recorrente: DE MED MATERIAL MEDICO LABORATORIAL LTDA - Recorrida: JUNTA DE REVISÃO FISCAL - Relator: Conselheiro Alvaro Marques Neto - DECISÃO: Por unanimidade de votos, declarar acolher a nulidade do auto de infração, nos termos do voto do Conselheiro Relator. - Acórdão nº. 18.204 - EMENTA: ICMS. BENEFÍCIO FISCAL. REDUÇÃO DE BASE DE CÁLCULO. DESCUMPRIMENTO DE REQUISITO PARA FRUIÇÃO DO BENEFÍCIO. PRELIMINAR DE NULIDADE DO LANÇAMENTO DE OFÍCIO. AUTOTUTELA. Auto de infração que veicula multa estabelecida pela art. 1º, alínea "b", inc. I, Lei nº. 2.657/96, na redação conferida pela Lei nº. 6.357/12. Lançamento de ofício carece de indicação do dispositivo legal que impõe, in casu, a aplicação da penalidade pecuniária no limite inferior de 450 (quatrocentos e cinquenta) UFR-RJ, qual seja, o art. 67-A da Lei nº. 2.657/96, na redação da Lei nº. 6.357/12. Cerceamento do direito de defesa da recorrida configurado, na linha da remanescência jurisprudencial deste Colegiado, de modo que se impõe a nulidade, por vício material, do Auto de Infração. Declarada a nulidade do Auto de Infração. O prazo para recurso se inicia após a intimação pela Inspeção de origem.

Recurso nº. 75.423 - Processo nº. E-04/211/5203/2019 - Recorrente: XERUM TECHNOLOGIES BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A - Recorrida: JUNTA DE REVISÃO FISCAL - Relator: Conselheiro Luiz Carlos Sampaio Alfonso - DECISÃO: Pelo voto de qualidade, acolher a preliminar de nulidade do auto de infração, suscitada pelo Relator. Vencidos os Conselheiros Gustavo Mendes Moura Pimentel e Alvaro Marques Neto, que rejeitaram a preliminar levantada. - Acórdão nº. 18.211 - EMENTA: NULIDADE DO AUTO DE INFRAÇÃO. O Contribuinte teria o prazo de quinze dias úteis qual estaria findando em 21 de dezembro e não 07 de dezembro de 2018, sabendo que são excluídos dos dias úteis, os feriados, os sábados, os domingos e os dias em que não haja expediente administrativo. NULIDADE ACOLHIDA. O prazo para recurso se inicia após a intimação pela Inspeção de origem.

Decisão proferida na Sessão Ordinária realizada  
por videoconferência  
do dia 22/09/2020

Nota: As decisões publicadas não produzem efeitos jurídicos de ciência do ato. Os acordões serão disponibilizados no portal do Conselho de Contribuintes no prazo de dois dias úteis a contar desta publicação.

Recurso nº. 75.878 - Processo nº. E04/211/16613/2019 - Recorrente: RDF COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - Recorrida: JUNTA DE REVISÃO FISCAL - Relator: Conselheiro Gustavo Mendes Moura Pimentel - DECISÃO: Por unanimidade de votos, rejeitar a preliminar de decadência parcial, nos termos do voto do Conselheiro Relator. No mérito, também por unanimidade, foi desprovido o recurso voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator. - Acórdão nº. 18.219 - EMENTA: PRELIMINAR. DECADÊNCIA. DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. APLICAÇÃO DO ARTIGO 173, I DO CTN. Descumprimento de dever instrumental. Lançamento de ofício. Aplicação do artigo 173, I do CTN. DECADÊNCIA REJEITADA. MÉRITO. ICMS. MULTA FORMAL. EMISSÃO DE DOCUMENTO FISCAL NA ENTRADA DE MERCADORIAS NO ESTABELECIMENTO ADQUIRENTE. IMPORTAÇÃO POR CONTA E ORDEM DE TERCEIROS. A Resolução SEFZ 720/2014, Anexo XIII, Parte II, art. 149, inc. II, é cristalina quanto à obrigação, do adquirente, de emissão do documento fiscal por ocasião da entrada de mercadoria decorrente de operação de importação por conta e ordem de terceiros. Aplica-se a penalidade por descumprimento de dever instrumental concomitantemente com a exigência do imposto e multa proporcional por expressa previsão legal da penalidade aplicada. RECURSO VOLUNTÁRIO DESPROVIDO. AUTO DE INFRAÇÃO PROCEDENTE. O prazo para recurso se inicia após a intimação pela Inspeção de origem.

Decisão proferida na Sessão Ordinária realizada  
por videoconferência  
do dia 23/09/2020

Nota: As decisões publicadas não produzem efeitos jurídicos de ciência do ato. Os acordões serão disponibilizados no portal do Conselho de Contribuintes no prazo de dois dias úteis a contar desta publicação.

Recurso nº. 75.620 - Processo nº. E-04/211/5808/2019 - Recorrente: PEROLA DE NITERÓI SUPERMERCADOS LTDA - Recorrida: JUNTA DE REVISÃO FISCAL - Relator: Conselheiro Luiz Carlos Sampaio Alfonso - DECISÃO: Por unanimidade de votos, rejeitar a preliminar de nulidade do Auto de Infração, nos termos do voto do Conselheiro Relator. No mérito, foi negado provimento ao recurso voluntário, também por unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator. - Acórdão nº. 18.221 - EMENTA: NULIDADE- AUTO DE INFRAÇÃO. Tem-se no lançamento, o relato minucioso focando objetivamente os dispositivos infringidos e penalidade incorrida, demonstrando perfeitamente o ilícito cometido e devidamente apurado em fiscalização, respeitado o princípio da verdade material quando da constituição do crédito tributário hostilizado, sendo anulado o lançamento por falta de necessária investigação fiscal dos fatos tributários, observando o princípio inquisitório. PRELIMINAR REJEITADA. ICMS - GLOSA. A acusação fiscal tem por objeto a glosa do crédito indevido, destacado no corpo do relatório pela autoridade fiscal, imputando a inobservância do artigo 36, II, da Lei nº. 2.657/96. AUTO DE INFRAÇÃO PROCEDENTE.

Recurso nº. 75.761 - Processo nº. E-04/211/15607/2019 - Recorrente: ACGS LOGÍSTICA E TRANSPORTES LTDA - Recorrida: JUNTA DE REVISÃO FISCAL - Relator: Conselheiro Luiz Carlos Sampaio Alfonso - DECISÃO: Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator. - Acórdão nº. 18.222 - EMENTA: ICMS - DOCUMENTO INIDONEO. Verificações inconclusivas apuradas em grau singular, não por terra o argumento de erro quanto inclusão de documentos fiscais. A multa reflete o delito cometido. AUTO DE INFRAÇÃO PROCEDENTE. O prazo para recurso se inicia após a intimação pela Inspeção de origem.

Recurso nº. 76.208 - Processo nº. E04/211/22316/2019 - Recorrente: DIRECTA MED MATERIAL HOSPITALAR E MEDICAMENTOS LTDA ME - Recorrida: JUNTA DE REVISÃO FISCAL - Relator: Conselheiro Alvaro Marques Neto - DECISÃO: Por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso de ofício, nos termos do voto do Conselheiro Relator. - Acórdão nº. 18.223 - EMENTA: ICMS - RECURSO DE OFÍCIO. Divergente do assentado no decisum o recurso de remessa necessária, que declarou nulo o Auto de Infração veiculado na exordial, a autoridade fiscal lançadora não se utilizou da técnica de afiação indireta da base de cálculo do imposto - arbitramento - porquanto o lançamento se escora diretamente em dados informados pela própria autuada em declarações alimentes ao regime do Simples Nacional, as quais se revestem de valor fiscal, fazendo prova, pois, em favor do Fisco. RECURSO DE OFÍCIO PROVIDO PARA AFASTAR A NULIDADE DO AUTO DE INFRAÇÃO DECLARADA DE OFÍCIO PELA PRIMEIRA INSTÂNCIA. Deve o feito retornar à Junta de Revisão Fiscal, a fim de que seja julgada a impugnação. O prazo para recurso se inicia após a intimação pela Inspeção de origem.

Decisão proferida na Sessão Ordinária realizada  
por videoconferência  
do dia 23/09/2020

Nota: As decisões publicadas não produzem efeitos jurídicos de ciência do ato. Os acordões serão disponibilizados no portal do Conselho de Contribuintes no prazo de dois dias úteis a contar desta publicação.

Recurso nº. 49.312 - Processo nº. E04/044030/2010 - Recorrente: ALL NATIONS COMÉRCIO EXTERIOR LTDA - Recorrida: JUNTA DE REVISÃO FISCAL - Relator: Conselheiro Gustavo Mendes Moura Pimentel - DECISÃO: Por unanimidade de votos, foi provido o recurso voluntário para acolher a preliminar de nulidade do auto de infração, nos termos do voto do Conselheiro Relator. - Acórdão nº. 18.229 - EMENTA: PRELIMINAR. NULIDADE DO AUTO DE INFRAÇÃO. EQUIVOCO NA QUALIFICAÇÃO DO SUJEITO PASSIVO. Não se pode imputar a qualidade de responsável solidário ao destinatário, em operação sujeita à sistemática da substituição tributária, quando inexistente Protocolo ou Convênio que imponha a obrigação de retenção do imposto pelo remetente situado em outra unidade da federação. Correto seria exigir do destinatário na condição de substituto tributário, vez que a mercadoria está sujeita à substituição tributária em operação interna. NULIDADE ACOLHIDA. RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO. O prazo para recurso se inicia após a intimação pela Inspeção de origem.

Id: 2281518

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA  
CONSELHO DE CONTRIBUÍNTES  
SEGUNDA CÂMARA

Pauta de Julgamento para a Sessão Ordinária, por videoconferência, autorizada pela Resolução SEFAZ nº 144.29/04/2020, regulamentada pela Portaria nº 039, de 04/05/2020, do dia 24 de novembro de 2020, às 12h.

Recurso nº. 50.982/RO - Processo nº. E-04/0626451/2011 - Recorrente: JUNTA DE REVISÃO FISCAL - Interessada: APOLO TUBOS E EQUIPAMENTOS S.A. - Relator: Conselheiro Ricardo Garcia De Araújo Jorge - Representante da Fazenda: Dr. João Paulo Melo do Nascimento.

Recurso nº. 66.060/RV - Processo nº. E-04/034/012735/2015 - Recorrente: RAVIC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - Recorrida: JUNTA DE REVISÃO FISCAL - Relator: Conselheiro Ricardo Garcia De Araújo Jorge - Representante da Fazenda: Dra. Maria Luiza Favaret.

Recurso nº. 72.288/RV - Processo nº. E-04/035/0000215/2017 - Recorrente: HAVITA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA - Recorrida: JUNTA DE REVISÃO FISCAL - Relator: Conselheiro Gustavo Mendes Moura Pimentel - Representante da Fazenda: Dr. João Paulo Melo do Nascimento.

Recurso nº. 73.747/RV - Processo nº. E-04/034/002595/2017 - Recorrente: NOVA COQUEIRO DE ALIMENTOS LTDA - Recorrida: JUNTA DE REVISÃO FISCAL - Relator: Conselheiro Gustavo Mendes Moura Pimentel - Representante da Fazenda: Dr. João Paulo Melo do Nascimento.

Recurso nº. 76.348/RO - Processo nº. E-04/039/000014/2018 - Recorrente: JUNTA DE REVISÃO FISCAL - Interessada: DENSO SISTEMAS TERMICOS DO BRASIL LTDA - Relator: Conselheiro Gustavo Mendes Moura Pimentel - Representante da Fazenda: Dr. Erick Ribeiro Maués Paixão.

NOTA EXPLICATIVA: Conforme dispõe o §3º do artigo 72 do Regimento Interno do Conselho de Contribuintes/RJ com redação dada pela Resolução SEFAZ nº 80, de 23/06/2017, publicada no D.O. de 27/06/2017, fls. 08/09: "... os julgamentos adiados serão realizados independentemente de nova publicação". Processo nº. SEI-040087700031/2020.

Id: 2281408

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA  
CONSELHO DE CONTRIBUÍNTES  
QUARTA CÂMARADecisão proferida na Sessão Ordinária realizada  
por videoconferência  
do dia 27/10/2020

Nota: As decisões publicadas não produzem efeitos jurídicos de ciência do ato. Os acordões serão disponibilizados no portal do Conselho de Contribuintes no prazo de dois dias úteis a contar desta publicação. Processo nº. SEI-20071-001/000009/2020.

Recurso nº. 74.298 - Processo nº. E-04/034/105138/2018 - Recorrente: RIOJA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - Recorrida: NONA TURMA DA JUNTA DE REVISÃO FISCAL - Relator: Conselheiro Alex Gabriel Siveris da Rosa - DECISÃO: Por unanimidade de votos, foram rejeitadas as preliminares de nulidade suscitadas e, no mérito, também por unanimidade, foi negado provimento ao recurso voluntário, para reconhecer a procedência do lançamento, nos termos

do voto do Conselheiro Relator. - Acórdão nº. 18.346 - EMENTA: ICMS - CREDITAMENTO INDEVIDO - CRÉDITOS SUPERIORES AOS VALORES INCIDENTES NAS OPERAÇÕES DE ENTRADA. PRELIMINAR DE NULIDADE DO LANÇAMENTO. O lançamento fiscal apresenta os elementos necessários à sua validade, e os dispositivos infringidos são adequados aos fatos narrados e demonstrados pela fiscalização. Obediência ao disposto no art. 74 do Decreto nº. 2.473/79 e no art. 221 do Decreto-Lei nº. 5/75. Rejeitada a preliminar de nulidade. PRELIMINAR DE INAPLICABILIDADE DA PENA. A penalidade cominada é estritamente a constante na legislação vigente para a infração relatada na exordial. Ao contencioso administrativo incumbe verificar se o lançamento observa a legislação tributária em vigor, não sendo o foro adequado para apreciar argumentos que, em última análise, invocam a inconstitucionalidade de dispositivo de Lei. Súmula CCERJ nº. 01/2020. Rejeitada a preliminar de inaplicabilidade da multa. - MÉRITO. No mérito, comprovado que a empresa adquiriu mercadorias sob o nº. 76.252, e, por ocasião dos respectivos registros de entrada, lançou os créditos do ICMS em montantes superiores aos incidentes nas correspondentes operações, afugura-se legítima a lavratura de auto de infração para reclamar o imposto indevidamente aproveitado, e para impor a multa material prevista o art. 80, inc. I, alínea "a", da Lei nº. 2.657/96. AUTO DE INFRAÇÃO JULGADO PROCEDENTE. RECURSO VOLUNTÁRIO DESPROVIDO. O prazo para recurso se inicia após a intimação pela Inspeção de origem.

Decisões proferidas na Sessão Ordinária realizada  
por videoconferência  
do dia 04/11/2020

Nota: As decisões publicadas não produzem efeitos jurídicos de ciência do ato. Os acordões serão disponibilizados no portal do Conselho de Contribuintes no prazo de dois dias úteis a contar desta publicação. Processo nº. SEI-20071-001/000009/2020.

Recurso nº. 76.252 - Processo nº. E-04/211/007959/2019 - Recorrente: JUNTA DE REVISÃO FISCAL - Interessada: RAPHAEL VENÂNCIO DOS SANTOS DE SUCATA EPP - Relator: Conselheiro Rubens Nora Chammes - DECISÃO: Por unanimidade de votos, foi negado provimento ao recurso de ofício, para declarar a nulidade do lançamento por vício material, nos termos do voto do Conselheiro Relator. - Acórdão nº. 18.357 - EMENTA: ICMS - RECURSO DE OFÍCIO. Mantida a decisão do julgador de Primeira Instância, que julgou nulo o lançamento. Nulidade confirmada. Cabe registrar que o vício que ensejou a nulidade é de caráter material, e não formal, conforme afirmado na decisão recorrida. RECURSO DE OFÍCIO DESPROVIDO.

Id: 2281353

## ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

## ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE

## PORTARIA/RJP/REPRE Nº 11 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2020

DESIGNA SERVIDORES PARA OS FINS QUE  
MENCIONA.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - RJP/REPRE, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no 2º da Resolução do Conselho Deliberativo, de 29 de setembro de 2014, no Decreto nº. 43.658, de 03 de julho de 2012, e na Lei nº. 6.243, de 21 de maio de 2012. Processo nº. SEI-040163/000161/2020,

## RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores, abaixo relacionados, para compor a Comissão Eleitoral da Fundação de Previdência Complementar do Estado do Rio de Janeiro - RJP/REPRE:

PRESIDENTE: Luciana Oliveira da Silva de Senna, matrícula nº. 009-1. MEMBROS: Josenildo Silva de Carvalho, matrícula nº. 050-5 e Amanda Freitas Santos, ID: 5038007-6.

Art. 2º - No impedimento da Presidente da Comissão, a Comissão será presidida pelo servidor Josenildo Silva de Carvalho, matrícula nº. 050-5.

Art. 3º - O período do processo eleitoral será de, no máximo, 150 (cento e cinquenta) dias, e considerará-se o início do processo eleitoral a publicação da constituição da Comissão Eleitoral no Diário Oficial do Estado, e o fim, a data de divulgação dos resultados homologados.

Art. 4º - A Comissão Eleitoral poderá prorrogar justificadamente o período do Processo Eleitoral por até 15 (quinze) dias.

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de novembro de 2020

RODRIGO RIBEIRO DA LUZ  
Diretor-Presidente

Id: 2281631

Secretaria de Estado de Desenvolvimento  
Econômico, Energia e Relações InternacionaisSECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO,  
ENERGIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

## PORTARIA SEDEER/DGAF Nº 04 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2020

DESIGNA GESTOR DE TRANSPORTES DA  
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO  
ECONÔMICO, ENERGIA E RELAÇÕES  
INTERNACIONAIS

O DIRETOR GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, DA SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, ENERGIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Resolução SEDEER nº. 054, de 21 de setembro de 2020, o que consta no Processo nº. SEI-220002/001105/2020, e

CONSIDERANDO o disposto no Art. 22 do Decreto Estadual nº. 47.298 de 12 de outubro de 2020, que institui o Regulamento do Novo SIGETRANSF - Sistema de Governança e Gestão de Transportes do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, em Continuidade às Medidas de Austeridade Adotadas pelo Governo do Estado;

## RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor CELSO REIS FORMOZO, ID. 2033766-3, para atuar como Gestor de Transportes da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais - SE-DEERI.

Art. 2º - Fica designado como substituto nos impedimentos legais e eventuais do servidor acima indicado, o servidor FÁBIO DA COSTA MIRANDA, ID. 1912054-0.



Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 16 de novembro de 2020

**JULIAN COSTA DE ARAUJO**  
Diretor Geral de Administração e Finanças

Id: 2281461

## Secretaria de Estado de Infraestrutura e Obras

### ATO DO PRESIDENTE E DA SECRETARIA

#### PORTARIA CONJUNTA FEHIS/SEDSODH Nº 66 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2020

**DESCENTRALIZA A EXECUÇÃO DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO PARA A SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS.**

O PRESIDENTE DO CONSELHO GESTOR DO FUNDO ESTADUAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL E A SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Estadual nº 7.063, de 30 de setembro de 2015, que altera a redação da Lei Estadual nº 4.962, de 20 de dezembro de 2006, o Decreto nº 45.410, de 15 de outubro de 2015, que cria a Unidade Orçamentária do Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social - FEHIS, o Decreto nº 46.876, de 16 de dezembro de 2019, que vincula o FEHIS à Secretaria de Infraestrutura e Obras - SEINFRA e outras providências e, o Decreto nº 46.931, de 07 de fevereiro de 2020 que dispõe sobre a execução da Lei Orçamentária do Poder Executivo para o exercício de 2020 e dá outras providências e o Decreto nº 42.436, de 30 de abril de 2010, que "Dispõe sobre a Descentralização da Execução de Créditos Orçamentários e dá outras providências", a Instrução Normativa nº 24, de 10 de setembro de 2013, que estabelece normas para prestação de contas de descentralizações e conforme o que consta no Processo nº SEI-170026/002031/2020.

#### RESOLVE:

Art. 1º - Descentralizar a execução de crédito orçamentário na forma a seguir especificada:

I - OBJETO: Atender as despesas com a concessão de aluguel social dos meses de novembro e dezembro.

II - VIGÊNCIA: A partir da data da publicação- término: 31/12/2020

III - DE/CONCEDENTE: 07610 - FUNDO ESTADUAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - FEHIS

UO: 07610 - Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social - FEHIS

UO: 196200 - Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social - FEHIS

IV - PARA/EXECUTANTE: 49000 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS - SEDSODH

UO: 49010 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos - SEDSODH

UO: 320100 - Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos - Em extinção.

#### V - CRÉDITO:

PROGRAMA DE TRABALHO	ND	FR	VALOR (R\$)
07610.08.244.0450.1155 Atendimento à População em Situações Emergenciais	3390	122	4.982.263,00

Art. 2º - A liberação financeira desses recursos será realizada através do SIAFE-Rio, conforme estabelecido no Decreto nº 46.898, de 07 de janeiro de 2020.

Art. 3º - A prestação de contas dos recursos descentralizados dar-se-á:

Parágrafo Único - Conforme determina o art. 12, do Decreto nº 42.436, de 30 de abril de 2010 e as disposições contidas na IN nº 24, de 10 de setembro de 2013.

Art. 4º - Esta Portaria Conjunta entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2020, ficando revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de novembro de 2020

**BRUNO KAZUHIRO OTSUKA NUNES**

Presidente do Conselho Gestor  
Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social

**CRISTIANE LÔBO LAMARÃO SILVA**  
Secretária de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos

Id: 2281302

### ATO DO SECRETÁRIO

#### PORTARIA SEINFRA Nº 51 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2020

**TORNA SEM EFEITO A PORTARIA SEINFRA Nº 50, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2020. PROCESSO Nº SEI-320001/003155/2020 E PROCESSO Nº SEI-170026/002031/2020.**

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E OBRAS, no uso de suas competências e atribuições legais, e

CONSIDERANDO que a Constituição do Estado do Rio de Janeiro definiu ser atribuição dos Secretários Estaduais o exercício e a prática de atos para a orientação, coordenação, supervisão e funcionamento dos órgãos e entidades da administração estadual na área de sua competência,

#### RESOLVE:

Art. 1º - Tornar sem efeito a Portaria SEINFRA nº 50, de 11 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro de 12.11.2020.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 16 de novembro de 2020

**BRUNO KAZUHIRO OTSUKA NUNES**  
Secretário de Estado de Infraestrutura e Obras

Id: 2281564

### ATO DO SECRETÁRIO

#### PORTARIA SEINFRA Nº 52 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2020.

**INSTAURA SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA DISCIPLINAR, DE NATUREZA INVESTIGATIVA. PROCESSO Nº SEI-320001/003155/2020 E PROCESSO Nº SEI-170026/002031/2020.**

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E OBRAS, no uso de suas competências e atribuições legais:

#### CONSIDERANDO:

- que a Constituição do Estado do Rio de Janeiro definiu ser atribuição dos Secretários Estaduais o exercício e a prática de atos para a

orientação, coordenação, supervisão e funcionamento dos órgãos e entidades da administração estadual na área de sua competência;

- o Decreto nº 7.526, de 06 de setembro de 1984;

#### RESOLVE:

Art. 1º - Instaurar Sindicância Administrativa Disciplinar, de natureza investigativa. Processo nº SEI-320001/003155/2020 e Processo nº SEI-170026/002031/2020.

Art. 2º - Designar os servidores, abaixo descritos, para, sob a presidência do primeiro, proceder a Sindicância, nos moldes dos artigos 8º e 9º, do Manual do Sindicante, aprovado pelo Decreto nº 7.526, de 06.09.84, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação desta Portaria.

I. Wesley Moreira de Menezes Barbosa - ID5109644-7;

II. Bruno Alves de Jesus. ID nº 5109574-2;

III. Julio Ferraz Chaves. ID 5091950-4;

IV. Rafael Magnun Maia da Silva. ID 5113049-1.

Art. 3º - Os resultados dos trabalhos da Comissão de Sindicância, materializados sob a forma de relatório, serão encaminhados ao Gabinete do Secretário, com vistas à Chefia de Gabinete.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 16 de novembro de 2020

**BRUNO KAZUHIRO OTSUKA NUNES**  
Secretário de Estado de Infraestrutura e Obras

Id: 2281435

### ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

#### SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E OBRAS INSTITUTO ESTADUAL DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

##### ATOS DO PRESIDENTE

#### PORTARIA IEAA/PRES Nº 115 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2020

**SUBSTITUI MEMBRO DA COMISSÃO DE VISTORIA E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O PRESIDENTE DO INSTITUTO ESTADUAL DE ENGENHARIA E ARQUITETURA - IEAA, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o constante no processo SEI nº E-17/004/12/2019.

#### RESOLVE:

Art. 1º - Substituir um dos membros designados na PORTARIA IEAA/PRES Nº 102/2020 de 09 de março de 2020, publicada no D.O. de 11 de março de 2020. Será substituído o ex-servidor EVANDRO DRUMOND, Assessor, Id. Funcional nº 5107685-3, pelo servidor ROBERTO BASSETI, Assessor, Id. Funcional nº 5114092-6, para constituir a COMISSÃO DE VISTORIA dos Bens Móveis doados para o Instituto Estadual de Engenharia e Arquitetura - IEAA pelo Banco do Brasil S/A, para fins de verificação das condições que justifiquem a incorporação dos mesmos neste Instituto.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 16 de novembro de 2020

**MANOEL DOMINGUES DE OLIVEIRA SALAZAR**  
Presidente

#### PORTARIA IEAA/PRES Nº 116 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2020

**SUBSTITUI MEMBRO DA COMISSÃO DE VISTORIA E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O PRESIDENTE DO INSTITUTO ESTADUAL DE ENGENHARIA E ARQUITETURA - IEAA, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o constante no processo SEI nº E-17/004/007/2020.

#### RESOLVE:

Art. 1º - Substituir um dos membros designados na PORTARIA IEAA/PRES Nº 99/2020 de 24 de janeiro de 2020, publicada no D.O. de 07 de fevereiro de 2020. Será substituído o ex-servidor EVANDRO DRUMOND, Assessor, Id. Funcional nº 5107685-3, pelo servidor ROBERTO BASSETI, Assessor, Id. Funcional nº 5114092-6, para constituir o quadro de gestores dos Bens Móveis do Instituto Estadual de Engenharia e Arquitetura - IEAA.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 16 de novembro de 2020

**MANOEL DOMINGUES DE OLIVEIRA SALAZAR**  
Presidente

Id: 2281522

#### SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E OBRAS INSTITUTO ESTADUAL DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

RETIFICAÇÃO  
D.O. 12.11.2020  
PÁGINA 14 - 3ª COLUNA

DESPACHOS DO PRESIDENTE  
DE 06.11.2020

Processo SEI nº E-17/004/171/2019 - RECONHECIMENTO DE DÍVIDA

Onde se lê: Processo SEI nº E-17/004/171/2020  
Leia-se: Processo SEI nº E-17/004/171/2019

Id: 2281517

## Secretaria de Estado de Polícia Militar

### SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

#### ATO DO SECRETÁRIO

#### RESOLUÇÃO SEPM Nº 797 DE 09 DE NOVEMBRO DE 2020

**ALTERA A ESTRUTURA BÁSICA DA CORREGEDORIA INTERNA DA POLÍCIA MILITAR, REGULAMENTADA PELA PORTARIA PMERJ Nº 214, DE 04 DE ABRIL DE 2002, PASSANDO A FUNCIONAR COMO CORREGEDORIA GERAL DA SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR, E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a estruturação do governo estadual, estabelecida no Decreto nº 46.544, de 01 de janeiro de 2019,

#### CONSIDERANDO:

- o que dispõe o Decreto nº 46.544, de 01 de janeiro de 2019, sobre a Estrutura do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro;

- o previsto no Decreto nº 46.800, de 18 de março de 2019, que dispõe sobre a Estrutura Organizacional Básica da Secretaria de Estado

de Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro SEPM, que alterou a designação de CORREGEDORIA INTERNA DA POLÍCIA MILITAR, prevista no art. 1º da Portaria PMERJ nº 257, de 12 de maio de 2005, para CORREGEDORIA GERAL DE POLÍCIA MILITAR;

- o previsto na Lei nº 7.989, de 14 de junho de 2018, que dispõe sobre o sistema de controle interno do poder executivo do Estado do Rio de Janeiro;

- a necessidade de estruturar a Corregedoria Geral de Polícia Militar, para aplicação dos fundamentos estatutários na execução da atividade correlacional, visando otimizar a tramitação, o monitoramento e a coordenação dos programas especiais afetos a hierarquia e disciplina;

- o previsto no artigo 72 das Instruções Gerais para Publicações da PMERJ (IG-1), e

- o Processo nº SEI-35/118/003474/2019;

#### RESOLVE:

Art. 1º - Fica modificada a estrutura básica da CORREGEDORIA INTERNA DA POLÍCIA MILITAR, que passa a funcionar como CORREGEDORIA GERAL DA SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR, na forma do que dispõe o Anexo I desta Resolução.

Art. 2º - Ficam criadas, sem aumento de despesa, na estrutura organizacional básica da Corregedoria Geral de Polícia Militar, a Coordenadoria Técnico-Administrativa, a Coordenadoria Disciplinar, a Coordenadoria Operacional e de Competências Judiciárias, a Assessoria Técnica e de Desenvolvimento, a Reserva Única de Processos, Procedimentos e Expedição, e as Comissões Disciplinárias Permanentes.

Art. 3º - Ficam modificadas, sem aumento de despesa, na estrutura organizacional básica da Corregedoria Geral de Polícia Militar, as seguintes seções:

I - Seção de Instalação e Controle passando a ser Seção de Instalação, Análise e Controle de Processos e Procedimentos;

II - Seção de Análise e Controle de Processos e Procedimentos passando a ser Seção de Instalação, Análise e Controle de Inquéritos Policiais Militares;

III - Seção de Assuntos Técnicos Administrativos passando a ser Seção de Análise e Controle de Registro Policial Militar;

IV - Seção de Investigação e Supervisão Disciplinar passando a ser Seção de Investigação e Supervisão Correlacional;

V - Agência de Inteligência passando a ser Seção de Inteligência Correlacional;

VI - Judiciário passando a ser Seção de Controle e Registro Judiciário.

Art. 4º - Aprovar o Regimento Interno, contido no Anexo I, para o funcionamento da Corregedoria Geral de Polícia Militar da Secretaria de Estado de Polícia Militar - CGPM/SEPM.

Art. 5º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria PMERJ nº 214, de 04 de abril de 2002.

Rio de Janeiro, 09 de novembro de 2020

**ROGÉRIO FIGUERO DE LACERDA**  
Secretário de Estado de Polícia Militar

### ANEXO I

#### REGIMENTO INTERNO DA CORREGEDORIA GERAL DE POLÍCIA MILITAR DA SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

##### TÍTULO I

##### DISPOSIÇÕES GERAIS

##### CAPÍTULO I

##### Da Finalidade do Regimento

Art. 1º - Este Regimento Interno tem por finalidade:

I - definir a estrutura organizacional da Corregedoria Geral de Polícia Militar (CGPM);

II - estabelecer fluxo documental de tramitação interna;

III - regular as funções administrativas e operacionais nos diversos setores que compõe a Corregedoria Geral, estabelecendo sua composição.

##### CAPÍTULO II

##### Dos Objetivos e da Competência da CGPM

Art. 2º - A Corregedoria Geral de Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (CGPM), dirigida por um Corregedor Geral, é um órgão Correlacional que tem por objetivo a aplicação de conhecimentos jurídicos e policiais, integrados com outros conhecimentos científicos, para a fiscalização dos serviços policiais militares, análise e acompanhamento das condutas de integrantes da Corporação (ativos e veteranos), visando preservar direitos, prerrogativas e atribuições, sob os aspectos disciplinares e criminais.

Art. 3º - Ficam definidas as competências da CGPM, na seguinte forma:

I - assessorar o Secretário de Estado de Polícia Militar em matéria de justiça e disciplina, e nas ações correlacionais desenvolvidas no âmbito da Secretaria e de seus órgãos subordinados;

II - promover e coordenar as apurações de crimes militares, de desvios de conduta ou de transgressões disciplinares dos integrantes dos órgãos que compõem a Secretaria de Estado de Polícia Militar, inclusive aquelas que caracterizam atos de improbidade administrativa, por ordem do seu Secretário ou por iniciativa de seu Corregedor Geral;

III - fiscalizar, analisar e controlar, podendo ainda avocar apurações, processos disciplinares e demais procedimentos correlacionais desenvolvidos no âmbito das organizações policiais militares da SEPM sobre infrações penais militares ou sobre desvios de conduta de qualquer natureza, atuando nas funções inerentes à Corregedoria Geral.

IV - elaborar pareceres e decidir nos procedimentos e nos processos administrativos disciplinares instaurados por ordem do Secretário de Estado de Polícia Militar ou pelo próprio Corregedor Geral;

V - criar e gerenciar o sistema correlacional da SEPM, estabelecendo normas para ingresso e procedimentos de avaliação continuada de seus integrantes, sedimentando e aprimorando a doutrina correlacional no âmbito da própria Secretaria;

VI - promover e coordenar as atividades de investigação e de perícia técnica, em apoio às atividades de polícia judiciária militar, assim como no âmbito administrativo-disciplinar;

VII - promover, coordenar e apoiar as atividades correlacionais aos integrantes da Secretaria de Estado de Polícia Militar e de seus órgãos;